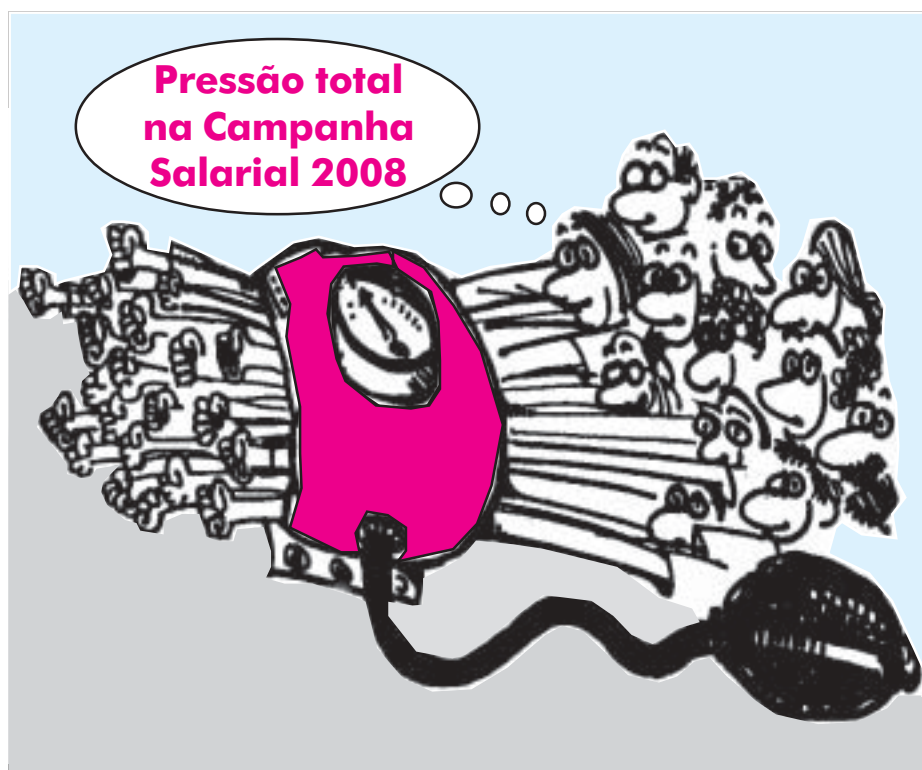


Crescimento da consultoria será base para reivindicações da campanha salarial 2008/2009

Sindicato quer aumento real para pisos e salários

Não é novidade para ninguém que a consultoria de engenharia e projetos vive fase de expansão e crescimento. Com base neste fato, o Sintcon-RJ propõe que a pauta de reivindicações para a Convenção Coletiva de Trabalho em 2008 vá além da reposição de perdas, incluindo aumento real para pisos e salários. Outra necessidade é que o auxílio-alimentação tenha valor facial corrigido pelo mercado, e não somente pela inflação do período – página 3.



Deu na Imprensa:

Falta projeto de desenvolvimento

– página 2

Sindicalização aumenta força dos trabalhadores

– página 2

Consultoria Cultural mantém sucesso em 2008

– página 3

Por uma reforma tributária justa

– página 4

Epidemia de dengue é o resultado do desmonte dos serviços públicos no país

Com quase 90 mortes e mais de 24 mil casos confirmados no Estado do Rio até o momento, a atual epidemia de dengue é o retrato mais completo do desmonte dos serviços públicos de saúde a que os governos nas três esferas (Federal, Estadual e municipais) têm relegado a população.

Alertados com antecedência de muitos anos sobre a possibilidade da atual epidemia, os governos Lula, Cabral e César Maia pouco caso fizeram do aviso, apesar dos repetidos

apelos de especialistas e trabalhadores da saúde pública no sentido de reverem suas políticas de saúde. Nos últimos cinco anos, por exemplo, o governo federal reduziu a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) a mera intermediária de mão-de-obra, passando aos municípios suas atribuições de combate a endemias.

Já os governos estadual e municipal do Rio também fizeram sua parte. A Prefeitura, por exemplo, jamais acei-

Vamos pegar o Cesar Maia e o Cabral



tou a presença dos guardas de endemia da Funasa no combate à dengue, alegando que o município do Rio já possuía 'pessoal qualificado' para a prevenção. O resultado é que, dos casos ocorridos no Estado, a maioria esmagadora ocorre na capital.

Política neoliberal mata mais que o mosquito da dengue

O elevadíssimo número de óbitos da atual epidemia, muito mais que o

mosquito ou a própria dengue em si, tem como causa o desmantelamento dos hospitais públicos, que, sucateados pelos governos, não possuem as condições mínimas para oferecer atendimento digno à população. Sem medicamentos, com déficit de profissionais e equipamentos, essas unidades são o exemplo mais completo da falta de compromisso do Estado brasileiro para com a saúde pública gratuita, universal e de qualidade prevista no SUS (Sistema Único de Saúde).

Sindicalização aumenta força dos trabalhadores em consultoria e beneficia associados ao Sintcon-RJ

Do ponto de vista estritamente jurídico, a representatividade de uma entidade sindical é diretamente proporcional ao número de trabalhadores existentes em sua base. Politicamente, no entanto, essa representatividade é ainda maior se o índice de sindicalização for também crescente.

Ato que deve sempre ser voluntário e livre de imposições — quer do Estado ou do capital privado —, a sindicalização não tem preço, mas tem consequências. Quanto maior o índice de associados e quanto maior for a participação da categoria nas atividades sindicais, maior será o poder de pressão do Sindicato sobre as empresas na negociação da convenção coletiva e dos acordos em separado.

Atualmente, o Sintcon-RJ possui duas categorias de associados (A e B). Os associados da categoria 'A' são aqueles que preencheram ficha de filiação ao Sindicato e descontam regularmente sua mensalidade sindical. Além de todos os benefícios oferecidos pelo Sintcon-RJ aos seus associados (como convênios e descontos nos cursos da entidade), os associados 'A' podem votar e ser votados nas eleições periodicamente realizadas para renovação da diretoria da entidade.

Já os associados da categoria 'B' possuem todos os demais benefícios desfrutados pelos da categoria 'A', a exceção do direito de votar e serem votados nas eleições para o Sintcon-RJ.



São considerados associados 'B' todos aqueles trabalhadores em consultoria de engenharia e projetos que não se opuseram ao desconto da contribuição confederativa, cobrada ao final das campanhas salariais.

Os associados 'A' e 'B' têm acesso aos seguintes benefícios.

Convênios e serviços — é o caso dos descontos especiais para cursos de graduação e pós na UniverCidade e UniGranrio.

Cursos para qualificação profissional — outro benefício disponível aos associados A e B são os cursos de qualificação profissional que já se tornaram referência na consultoria, com preços inferiores aos praticados no mercado. É o caso dos cursos de informática de Microstation, AutoCad e Windows Básico. O Sintcon-RJ também oferece o curso de Estrutura de Concreto Armado. Todos os cursos dependem de um número mínimo de trabalhadores para formação de turmas. Centenas de trabalhadores já se reciclaram através desses

cursos, beneficiando-se diretamente.

Substituição processual e assessoria jurídica — que beneficia especialmente os associados. No caso, por exemplo, de descumprimento de acordos e/ou convenção coletiva, ou quando a legislação trabalhista é desrespeitada, o Sintcon-RJ age como substituto processual. Ou seja: o seu departamento jurídico move ações coletivas e individuais em nome dos associados à entidade.

Mais força para cobrar nossos direitos — todo sindicato é uma 'frente de trabalhadores' que se unem para juntos cobrarem seus legítimos direitos. No Sintcon-RJ não é diferente. Quanto mais nos aglutinarmos em torno do Sindicato, maior será nosso poder de pressão sobre as empresas.

E então? O que está esperando? Preencha sua ficha de filiação ao Sintcon-RJ. Procure a sede da entidade na rua Álvaro Alvim, 37 — sala 502 — centro — Rio de Janeiro. Tels. 22207914 ou 22406328. E mail sintcon@brfree.com.br.

Deu na Imprensa

Falta Projeto de Desenvolvimento e Gestão eficiente para as obras

São duas coisas distintas e aparentemente independentes entre si, mas que estão provocando prejuízos para o País: a falta de um plano nacional de desenvolvimento, no longo prazo, e, no curto e médio prazos, a falta de capacidade de gerenciamento para tocar as obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC.

O governo age, nesse cenário, como se o País não tivesse tradição nem condição técnica e científica para articular uma coisa e outra. E, no entanto, basta olhar para a história recente, ou para mais longe, ao menos até onde possa alcançar o espelho retrovisor voltado para décadas passadas, para verificar que foi rico — até muito rico — o legado deixado pelos planejadores e engenheiros brasileiros na área da infra-estrutura e, de um modo geral, no conjunto da vida social, política e econômica.

Referimo-nos ao planejamento elaborado na era Getúlio Vargas; na fase desenvolvimentista do governo JK, com Celso Furtado à frente e os PND I e PND II, elaborados e colocados em prática no governo dos militares. Em todos esses períodos houve um esforço de planejamento destinado a articular as potencialidades brasileiras e apontar uma direção para a sociedade e para os principais responsáveis pelas atividades produtivas.

Naquelas etapas cometeram-se equívocos de política e de rumo, mas não se pode dizer que não houve uma extrema vontade de acertar. Hoje, muitas das conquistas que o País tem obtido com os investimentos em agricultura, na mineração e siderurgia, em petróleo, gás e petroquímica e na construção de plantas industriais nas diversas regiões brasileiras, podem ser atribuídas ao patamar de infra-estrutura consolidado naqueles governos.

Estão aí os exemplos dos grandes eixos rodoviários e ferroviários; as prioridades definidas em relação aos portos, com os trabalhos para ampliá-los e cuidar do desassoreamento de canais de acesso e atracadouros; o Plano Ferroviário Nacional nos anos 50 e, nas décadas seguintes, o planejamento urbano; os estudos para a melhoria do transporte nas cidades, com o advento, em seguida, dos metrô, e a etapa de construção das grandes hidrelétricas. Foram estudos, projetos, obras e diretrizes de planejamento sem os quais o Brasil, hoje, não teria bases para continuar crescendo.

Apesar do exemplo desse legado, os vários governos que vêm se sucedendo desde o processo da redemocratização, não têm conseguido formular um plano nacional de desenvolvimento de longo prazo para nortear o futuro do Brasil. O que existe são projetos fragmentários, distribuídos pelo imenso território, desconectados no tempo e no espaço, como se não tivessem o mesmo objetivo e não visassem ao desenvolvimento comum.

Até o PAC, uma sigla que vem sendo evocada como remédio para todos os males e fins, não está sendo satisfatoriamente articulado e padece de um mal crônico: a falta de gestão competente. Embora os investimentos do governo federal com recursos orçamentários tenham somado R\$ 19,2 bilhões no ano passado, incluindo as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, os avanços na infra-estrutura ainda são considerados aquém do absolutamente necessário.

Caso nos situemos unicamente nesse programa, constataremos que dos R\$ 16,6 bilhões previstos, apenas R\$ 4,5 bilhões foram efetivamente desembolsados. E não é por falta de projetos. É que falta competência gerencial para articular as obras previstas, de modo a retirá-las do papel e começar a realizá-las. Aparentemente seria fácil fazer isso. Bastaria que o governo delegasse tarefas nesse sentido a quem entende do assunto: à capacidade gerencial da Engenharia brasileira - **Editorial da revista O Empreiteiro de fevereiro/2008**



SINTCON
Sindicato dos Trabalhadores
em Consultoria de Engenharia e
Projetos no Est. do Rio de Janeiro

Filiado à
CUT

Jornal de responsabilidade da diretoria colegiada do Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro.

Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505 - Tel:(021) 2240-6328 e 2220-7914/Fax: 2262-5587

- e-mail: sintcon@brfree.com.br - Os artigos assinados não emitem necessariamente a opinião da diretoria do SINTCON/RJ.

Edição: André Luis Pelliccione (Mtb.19.301) - Diagramação e editoração eletrônica: Carlos Soares (Mtb. 16.993)

Pauta de reivindicações para Convenção Coletiva terá como base o crescimento do setor



Empresas de consultoria vivem expansão e podem reajustar salários e pisos acima da inflação

A pauta de reivindicações dos trabalhadores em consultoria de engenharia e projetos para a Convenção Coletiva de Trabalho terá como base o crescimento do setor e as perspectivas de continuidade desse crescimento. Um dos sintomas do processo de retomada de crescimento é o número cada vez maior de empresas que procuram o Sintcon-RJ visando fazer acordos de participação nos lucros e resultados. Outro aspecto importante é o crescimento acentuado de empregos formais (ou com carteira assinada).

O Sintcon-RJ propõe à categoria uma pauta que contemple não apenas a reposição das perdas salariais, mas um aumento real para pisos e salários. E que o auxílio-alimentação tenha o valor facial do tíquete corrigido pelo mercado, e não somente pela inflação do período.

A hora é essa! Os trabalhadores em

consultoria não podem deixar passar essa oportunidade. E o primeiro passo é o fortalecimento das assembleias durante toda a campanha. É isto o que, efetivamente, fortalece o poder de negociação do Sindicato nas negociações com o Sinaenco.

Engenharia Consultiva – Um setor em franca expansão!

Inúmeros aspectos retratam o processo de expansão do setor: o número cada vez maior de trabalhadores com vínculo formal; a grande maioria das empresas com a carteira repleta de serviços; um número cada vez maior de empresas que, vendo a necessidade de preservar mão-de-obra, procura incentivá-la via participação nos lucros e resultados e etc. As perspectivas são cada vez mais alvissareiras.

As demandas impostas pelo processo de retomada de crescimento da economia brasileira, seja na área de geração de energia, seja na área de infraestrutura de transportes, saneamento e urbanização, em todo o país, exigirão das empresas do setor de engenharia consultiva uma readequação para atender aos novos desafios.

Dois fatos extras colaboram para o aumento da demanda de serviços. O primeiro, e mais premente, é o processo eleitoral de 2010. Certamente o governo federal fará tudo para se manter e/ou eleger seu sucessor. Daí a certeza de que o país se transformará num grande 'canteiro de obras'. O segundo, a médio prazo, é a copa do mundo de 2014, que será realizada no Brasil e demandará uma série de projetos na construção e/ou reforma dos estádios de futebol, seja na adequação da estrutura viária e de serviços.

De imediato, somente no Estado do Rio de Janeiro podemos citar, dentre outros:

1) Na área de geração de energia – construção de 7 (sete) pequenas centrais hi-

drelétricas (PCHs) em parceria com FURNAS, nos rios Pomba, Muriaé e Paraíba do Sul. São elas: Bela Vista, Cachoeira Alegre e Paraoquena no rio Pomba; Aré e São Joaquim, no rio Muriaé; e Conde D'eu e Malta, no rio Paraíba do Sul;

2) A construção da nova Refinaria da PETROBRÁS, no município de Itaboraí. Projeto para mais de 5 anos;

3) A construção de Usina Metalúrgica, pertencente ao grupo da Vale do Rio Doce, no município de Itaguaí. Projeto para mais de 5 anos;

4) A retomada dos Projetos de Saneamento e Infra-estrutura Viária da Baixada Fluminense – Projeto 'Baixada Viva';

5) A grande possibilidade de construção da Usina Nuclear Angra III, no município de Angra dos Reis;

6) Projetos de Urbanização das Favelas no município do Rio de Janeiro, obras contidas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal.

Assim sendo, nada mais justo que se pleiteie na Campanha Salarial a valorização dos profissionais do setor.



Projeto 'Consultoria Cultural' mantém programação de alto nível em 2008

Com entrada franca, evento acontece toda primeira sexta-feira do mês, às 18h30, no auditório do Sintcon-RJ

Projeto que, desde o ano de 2007, vem se destacando como uma das mais importantes iniciativas culturais junto ao movimento sindical carioca, o 'Consultoria Cultural' continua reunindo o melhor da nossa música, poesia, literatura e manifestações folclóricas, com entrada franca e um ambiente da melhor qualidade sempre na primeira sexta-feira do mês, às 18h30, no auditório do Sintcon-RJ (Rua Álvaro Alvim, 37 - 5º andar, centro).

Repetindo a performance de 2007, este ano a programação está

'recheada' de excelentes atrações. No dia 7 de março, o grupo 'Carvoeiro' apresentou o espetáculo 'Uma noite maranhense', onde deu uma verdadeira aula de tambor de crioula, coco maranhense e outros ritmos regionais.

Em abril, no dia 4, foi a vez do Samba e MPB com o grupo 'Peço Licença' e as convidadas Simone Sial e Roberta Orlans, que apresentaram as músicas que 'não tocam nas rádios FM'.

No próximo dia 9 de maio, o Consultoria Cultural apresentará o espetáculo '1968 - 40 anos', com

teatro e música lembrando o maio de 1968 na França e a já histórica 'Passeata dos cem mil' no Rio de Janeiro.

A programação do primeiro semestre de 2008 será concluída no dia 6 de junho, com samba de roda da Bahia no espetáculo 'Dona da Casa me dá licença?'.

O Consultoria Cultural acontece sempre às 18h de uma sexta-feira, no auditório do Sindicato. O evento é aberto ao público em geral. Compareça e desfrute de momentos inesquecíveis de lazer no Sintcon-RJ.

“Por uma Reforma Tributária justa”

* Gilberto Alcântara

No início deste ano, dirigentes de organizações populares, movimentos sociais, intelectuais e religiosos encaminharam um abaixo-assinado, datado de 10 de janeiro de 2008, à Presidência da República e ao povo brasileiro, se manifestando a respeito das recentes mudanças ocorridas no sistema financeiro do país. No manifesto, dentre outros aspectos, citavam:

- 1) As classes ricas do Brasil se articularam com seus políticos no Senado Federal e conseguiram derrubar a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), depois de sua renovação ter sido aprovada na Câmara dos Deputados;
- 2) O mesmo Senado aprovou a continuidade da DRU (Desvinculação das Receitas da União), que permite ao governo federal usar 20% de toda a receita, sem destinação prévia. Com isso recursos da área social podem ser utilizados sem controle para pagamentos de juros e outras despesas não prioritárias;
- 3) A CPMF era um imposto que penalizava os mais ricos e 70% dele provinham de grandes empresas e bancos. Os seus mecanismos de arrecadação impediam a sonegação e permitiam que a Receita Federal checasse as movimentações financeiras com o imposto de renda, evitando fraudes e desvios;
- 4) Defendemos que o corte de gastos públicos exigido pela direita seja feito no superávit primário e no pagamento dos juros da dívida pública, que é de longe a maior despesa do Orçamento da União nos últimos dez anos. Trata-se de uma transferência de dinheiro do povo para beneficiar os bancos e uma minoria de

aplicadores. Em 2007, o governo federal pagou R\$ 160,3 bilhões em juros, quatro vezes mais de tudo o que gastou no social e correspondente a 6,3% do PIB – Produto Interno Bruto;

5) Defendemos que o governo federal mantenha e amplie os investimentos sociais, principalmente na saúde e educação como, aliás, determina a Constituição, e não reduza a contratação e os salários dos servidores públicos;

6) O Brasil precisa de uma verdadeira reforma tributária, que torne mais eficaz o sistema de tributação. Hoje, 70% dos impostos são cobrados sobre o consumo e apenas 30% sobre o patrimônio. É preciso diminuir o peso sobre a população e aumentar sobre a riqueza e a renda;

7) O Brasil precisa de uma política permanente de distribuição de renda. Para isso será necessário tomar medidas que afetem o patrimônio, a renda e o privilégios da minoria mais rica. Precisamos aumentar as oportunidades de emprego, educação e renda para a maioria da população;

Observação Crítica ao Manifesto

A intenção do manifesto é boa, contudo, seu texto demonstra, mais uma vez, a falta de rumo e de prumo de boa parte dos movimentos sociais no Brasil, que vem desde 2003. É lamentável, porém é fácil compreender tamanha letargia. O que se construiu, ou pensava estar construindo, durante mais de 20 anos, se derruiu rapidamente em mais uma faceta da história do Brasil, em que a classe dominante consegue cooptar o representante das camadas mais populares, transformá-lo em ídolo e, concomitante amordaçar os movi-

mentos sociais, cooptando, também, algumas lideranças destes.

Não há dúvida que é necessário “aumentar os impostos de quem pode e deve pagar e diminuir os impostos dos mais pobres” é uma bandeira justa. Até aí estamos todos no mesmo barco. Entretanto, as lideranças dos movimentos sociais não podem nem devem defender um imposto regressivo como o CPMF. Não é possível tratar a questão tributária sem propostas mais concretas de maior progressividade, principalmente envolvendo a base da riqueza. Da mesma forma é impossível tratar a questão tributária sem a crítica implacável ao Governo Lula.

As lideranças não podem se encantar com o canto da sereia, com a mídia. Defender a CPMF tal qual era é permanecer iludindo a população. A CPMF era altamente regressiva. Senão vejamos: 0,38% sobre R\$ 150,00 em uma garrafa de champanhe dos ricos era igual a 0,38% sobre R\$ 150,00 em alimentos básicos dos mais pobres. Por que não defender a CPMF com alíquotas progressivas?

Não é verdadeiro o argumento de que a CPMF “era um imposto que penalizava os mais ricos e 70% provinham de grandes empresas e bancos”, que “sua forma impediu a sonegação e permitia que a Receita Federal checasse as movimentações financeiras com o imposto de renda, evitando fraudes e desvios”. A sonegação não era impedida pela CPMF, o mesmo acontecia com as fraudes e desvios. Operacionalmente, o acesso às grandes movimentações financeiras não dependia do recolhimento da CPMF.

O texto não menciona a farsa de reforma tributária de 2003, que, em troca da renovação da CPMF e da DRU, o governo federal aceitou abrir mão da proposta de imposto sobre grandes fortunas, bem como da ampli-

ação das classes de alíquotas do IRPF e outras medidas.

O texto não faz qualquer menção aos favores fiscais dados pelo Governo Lula aos investidores internacionais, que, além de afetarem a receita tributária, agravam a vulnerabilidade externa financeira do país.

Nos últimos cinco anos, o Governo Lula foi incapaz de apresentar qualquer reforma tributária que reduzisse a regressividade. Só houve aumento da carga tributária, com estruturas altamente regressivas tanto do ponto de vista tributário quanto fiscal. Por que o texto não critica tal fato?

Finda a CPMF, a reação do Governo Lula de aumentar o IOF onera os mais pobres, que estão se endividando a taxas de juros mais altas do mundo. Esta medida só agravará os problemas sociais decorrentes da expansão do crédito, sem aumento proporcional do emprego e da renda. As medidas recentes de ampliação do prazo de empréstimos consignados e a redução do limite do serviço da dívida mostram que estes problemas já são sérios. Por que não criticar o Governo Lula por esta medida tributária compensatória e injusta?

Aliás, o texto faz uma suave menção à tributação sobre a riqueza, que, a propósito, se transformou em uma não-questão no Governo Lula, e, infelizmente, deixou de ser ponto programático do Partido dos Trabalhadores.

Por fim, com a atual política do governo federal, é ironia pensar em priorizar a utilização dos recursos dos orçamentos da União e dos Estados para ampliar os serviços públicos, de forma eficiente e gratuita para toda a população, em especial no campo da saúde, seguridade social e educação.

Gilberto Alcântara
–Diretor do SINTCON-RJ

Plantão do Jurídico SINTCON-RJ

Advogado Celso Gomes
Terça-feira e Quinta-feira
das 14:00 às 16:00 horas

Advogado Ricardo William
Segunda-feira e Quarta-feira
das 14:00 às 16:00 horas

Informações sobre processos:

- 1) Ajuizados até DEZ/94
- 2) Ajuizados entre JAN/95 e DEZ/99

3) Ajuizados a partir de JAN/2000
De segunda a quinta-feira, das
14 às 16 horas.
Tel.:(0xx21) 2240-6328 e 2220-7914
Fax (0xx21) 2262-5587

4) Ajuizados em
Volta Redonda

De segunda a quinta-feira,
das 14 às 16 horas

(Após a solicitação,
aguardar pequeno prazo para
informações).

Horário de
Homologações:

De segunda
a sexta-feira,
de 13:30 às 15:30
(marcar horário
por telefone)



Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro - SINTCON - RJ

- Sede: Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505
- Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20031-010.
e-mail:sintcon@brfree.com.br